

168ª PLENA  
28/08/2021 – Plataforma Zoom  
ENCAMINHAMENTOS

**I – CONJUNTURA (PEC 32/FORA BOLSONARO):**

1. Que as seções do Sinasefe, em conjunto com outras entidades e movimentos representativas do serviço público, organizem audiências públicas, debates com parlamentares e momentos de pressão sobre vereadores, deputados estaduais, prefeitos e governadores para que estes pressionem os deputados federais e senadores de seus partidos e regiões contra a PEC 32, uma vez que estes perderão muito poder, caso a PEC seja aprovada.
2. Que essas pressões sejam feitas regionalmente, o que é mais eficaz, procurando conhecer as metas de vira voto ou de indecisos por estado, denunciando através de outdoors, carros de som, audiências públicas, debates, "visitas" às casas e ações nos aeroportos sobre deputados e senadores específicos, Panfletar nos locais em que o povo se concentra, filas de postos de saúde, fila da Caixa Econômica e outros bancos. Intensificar também a pressão nas redes sociais nos e-mails com as ferramentas tipo "na pressão", visitando os perfis desses deputados.
3. Fazer campanha de mídias de pressão contínua sobre os deputados que não se posicionaram contra a PEC32 nas suas bases, se necessário contratando empresa de comunicação, em parceria com outras entidades de cada estado.
4. Construção conjunta com o FONASEFE e com as Frentes estaduais e municipais, um show BRASIL CONTRA A PEC 32, com artistas regionais, principalmente aqueles que participam das nossas manifestações;
5. A 168ª Plena aprovou a realização das seguintes iniciativas, até meados de setembro:
  - Realização de audiências públicas nas Assembleias e Câmaras Municipais;
  - Realização de atividades junto às bases dos Deputados Federais;
  - Realizar um trabalho concentrado junto às bases dos Deputados Federais nos dias 10 e 11 de setembro;
    - Realizar uma Live no dia 10/09, 18 horas, com participação de parlamentares, para posicionar processo legislativo para as bases sindicais de todo o país;
    - Realizar no dia 13 e 14/09 atividades nos aeroportos de partida dos parlamentares e na chegada a Brasília;
    - Organizar uma Caravana para Brasília para 13 de setembro (ver possibilidade de permanecer mais dias);
    - Realizar no dia 14 de setembro uma atividade na frente do Congresso (analisar local), com um caminhão de som, com a participação das Caravanas, com transmissão da atividade nas redes sociais (não será possível usar e acessar o Congresso porque há limites em decorrência da pandemia);
    - No dia 14/09 e seguintes, uma comissão fazer visitas aos parlamentares no Congresso.

6. Propor ao FONASEFE e às Centrais, a convocação de uma nova GREVE para os dias 13 e 14/09 a ser deliberada numa Assembleia Nacional dos Servidores Públicos precedidos de assembleias estaduais e/ou regionais.
7. Avançar na construção de uma Greve geral no país pela saída de Bolsonaro. O Sinasefe deve levar às Centrais, a necessidade de uma Greve, com a seguinte pauta emergencial:
  - Total oposição às aulas presenciais durante a pandemia sem a garantia de vacinação e segurança sanitária efetiva;
  - Rejeição completa da Reforma Administrativa, Garantia de estabilidade no emprego, com salário integral e todos os direitos e garantias, a todos os trabalhadores;
  - Vacinação para todos, SUS 100% estatal, público, universal, gratuito e de qualidade, Auxílio emergencial de no mínimo 600 reais para todos que necessitarem;
  - Tabelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade;
  - Nenhuma ação de despejo das comunidades que lutam legitimamente em defesa da moradia popular;
  - Defesa das empresas públicas e reestatização de todas as empresas estratégicas;
  - Revogação imediata da emenda constitucional do teto dos gastos e das contrarreformas trabalhista e previdenciária;
  - Transporte público gratuito aos idosos e desempregados;
  - Suspensão imediata do pagamento dos juros da dívida interna;
  - Taxação das grandes fortunas;
8. Contra os novos parâmetros de metragem para definir a quantidade de servidores da limpeza.
9. Mais recursos contra a exclusão digital e recursos materiais e humanos que garantam suprir pedagogicamente as perdas com a pandemia
10. Considerar a possibilidade de enviar membros da DN que tiverem condições, a Brasília no dia 07 de setembro e, também nos dias 13 e 14/09. Orientar as seções que incentivem suas bases da importância de representação em Brasília também nesta data.
11. O Sinasefe proporá nos fóruns dos quais participa, a criação ou fortalecimento de veículos de mídia independentes, que operem como uma rede jornalística de sindicatos, centrais, movimentos estudantis e sociais, para combater e rede de Fake News.
12. Lançar na mídia de massa a campanha SOS Serviço Público.
13. Divulgar, participar da campanha do FONASEFE, de divulgação da identidade visual da campanha com outdoor, camisetas, faixões, etc, em defesa do Serviço Público, com a DN contribuindo com as despesas da campanha.
14. Participar da manifestação do dia 13 e 14/09, orientando a cada seção enviar representante a Brasília;
15. Jogar todas as forças na construção dos atos do dia sete de setembro.
16. Orientar as seções que estabeleçam como tarefa fundamental participarem dos Fóruns estaduais, regionais e municipais contra Bolsonaro e sua política;



17. Abaixo as reformas neoliberais e a privatizações;
18. O Sinasefe deve ser um ponto de apoio para derrotar Bolsonaro e o neofascismo e construir um instrumento útil para consolidar um projeto societal que reverta as medidas golpistas e por um governo sem alianças com a direita e um projeto educacional socialmente referenciado;
19. Que os pontos de Pauta das próximas Plena sejam remetidos às bases com os devidos esclarecimentos, para posicionamento de delegados e observadores.
20. O Sinasefe reafirma a posição de rechaçar a institucionalização do tele trabalho fora do contexto de pandemia

## **II - RETORNO PRESENCIAL/ BNCC E REDIMENSIONAMENTO DA REDE:**

21. Garantidas as condições sanitárias mínimas, bem como o atendimento às orientações dos órgãos de saúde, o retorno às atividades presenciais deverá observar: (vacinação - acompanhamento não só da disponibilidade, mas da vacinação efetiva na comunidade, testagem, acompanhamento do número de casos e da ocupação de leitos, disponibilização de máscaras certificadas e regime de trocas, acompanhamento da comunidade no deslocamento à instituição e testagem da comunidade). Exigência às instituições do plano de biossegurança e da apresentação orçamentária que garanta a materialidade dos procedimentos e materiais necessários - possibilidade de suspensão das atividades presenciais ao identificar o não atendimento;
22. Greve sanitária em defesa da integridade física dos servidores, diante de qualquer tentativa de obrigar o retorno, deixando mais claro também as condições mínimas esperadas para um retorno seguro: itens de segurança como álcool em gel e máscaras dentro das recomendações sanitárias (álcool alocado corretamente, máscaras PFF2); condições de distanciamento social e ventilação adequadas; garantia da não ocorrência de dupla jornada para atender alunos em regime presencial e online.
23. Defender, inclusive junto ao CONIF, a adoção de procedimentos com exigência de vacinação de servidores e servidoras. Nosso compromisso é em defesa da vida e precisamos proteger nossa base do vírus e do negacionismo. (Algumas cidades e estados já emitem decretos para garantir a obrigatoriedade da vacinação da comunidade escolar, assim como de cidadãos para frequentar locais públicos).
24. Campanha pública de vacinação, direcionada para nossas comunidades locais (fotos e vídeos da nossa base vacinando, postagens nas redes sociais, reforço do #VacinaSim VacinaNoBraço #VacinasSalvamVidas).
25. A DN e as Seções Sindicais devem criar comissões/comitês de estudo/preparação do processo de retorno presencial no pós-pandemia, com a participação de especialistas em Saúde Pública (Epidemiologia, Infectologia e áreas afins) e exigir que, havendo comissões/comitês nas Instituições, as seções estejam representadas juntamente com os especialistas acima mencionados.
26. Realizar palestras, encontros e live com especialistas e estudiosos sobre o tema para qualificar nossos argumentos.





27. Vacinação completa para todos a partir dos 12 anos, assim como para todos os profissionais da educação, incluindo os terceirizados.
28. Garantia de verbas para as condições materiais e os recursos humanos para o retorno em condição adequadas.
29. O planejamento de retorno deve considerar as demandas das mulheres trabalhadoras.
30. Denúncia do BNCC/ PNLD como tentativa de desmontar os integrados e sua vocação de formação histórico crítica.
31. Não à adesão ao Novo Ensino Médio, nem diretamente, nem pelas políticas de fomento como PNLD e aplicação da BNCC.
32. Defesa do ENEM e luta por políticas que recoloquem essa como política de democratização, com busca ativa e fomento para estudantes indígenas e negros e negras.
33. Contra qualquer forma de mercadorização da educação e da alteração da educação como direito público como previsto na CF88, incluindo a política de voucher, privatização, regime de concessões, convênios, PPPs e defesa do concurso público e estabilidade dos servidores da educação.
34. A 168ª Plena reafirma sua posição pela revogação da Reforma do Ensino Médio e da EC 95.
  - Lutar pela revogação da Reforma;
  - Nenhum componente curricular poderá ter sua carga horária reduzida em função da reforma do ensino médio e do BNCC;
  - Toda intervenção no processo deve ter como meta derrotar e fazer revogar a implementação da reforma
  - Apoiar, participar assim como divulgar as frentes de luta contra a Reforma do ensino Médio e procurar unificar a luta em conjunto com as redes públicas e privadas.
35. O Sinasefe reafirma sua posição de não ao reordenamento e contrário a qualquer forma de alteração na lei da criação dos IFs, no contexto do governo Bolsonaro em nenhum sentido.
36. Pressionar o CONIF e os reitores. Enviar ofícios pedindo informações e chamar reuniões pra colocar a posição do SINASEFE sobre o reordenamento
37. O Sinasefe deve orientar e municiar as Seções para realizarem debates na comunidade acadêmica dos IFs sobre a pauta do reordenamento e que pode colocar em riscos os objetivos e finalidades dos Institutos Federais.
38. Nota do SINASEFE para o CONIF, cobrando um posicionamento a respeito do reordenamento sendo feito a partir do debate com as Comunidades dos Institutos, a serem reestruturados. Que a nota proponha o envolvimento de todas as representações e segmentos neste debate, incluindo o SINASEFE e Seções Sindicais.
39. Que o Sinasefe Nacional, em conjunto com a UNE, UBES e FENET construa ações conjuntas, semelhantes ao "Tira a mão do meu IF", buscando apoio da ANDES, FASUBRA, etc.



40. O Sinasefe deve encaminhar ofício ao Conif solicitando um posicionamento a respeito da reunião convocada pela Setec, para criação de 10 novos institutos, além de denúncia ao MEC, usando os argumentos expressos na nota do SINASEFE (10 novos IFs não necessariamente indica crescimento, garantia dos investimentos nove mil dólares/ano por aluno(a), intenção de quebrar com a autonomia da rede com reitores bolsonaristas, visto que perderemos todas as tentativas de intervenção, defesa do perfil pedagógico com o Integrado como carro chefe dos IFs).

### **III- ELEIÇÕES DO SINASEFE (CONSINASEFE):**

- A 168ª Plena decide pela constituição de uma comissão de organização e estudos, para a realização do próximo Consinasefe, na próxima Plenária nacional.

### **IV - MOÇÕES APROVADAS (em anexo):**

- Moção de repúdio à misoginia racista que assassinou duas crianças (meninas) indígenas em duas terras indígenas diferentes no último mês, com requintes de crueldade, violência sexual e profanação dos corpos. Elas se chamavam Raíssa (11 anos) e Daiane (13 anos).
- Nota pública em resposta aos ataques à liberdade no IFC.